

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA
2 ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
3 DE SÃO PAULO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024
4

5 Aos **vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro**, nesta cidade de
6 Sao Paulo, à Rua Botucatu, 720, no Anfiteatro Leitão da Cunha, reuniram-se os
7 senhores membros do Congregação da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP, sob a
8 presidência de Prof. Dr. Magnus Regios Dias da Silva. Estiveram presentes os
9 membros: Profa. Dra. Ana Lucia Goulart, Sr. Andre Hideki Higa, Prof. Dr. Angelo
10 Amato Vincenzo de Paola, Prof. Dr. Arnaldo Lopes Colombo, Sra. Beatriz Prado de
11 Andrade Castro Souza, Prof. Dr. Carlos Haruo Arasaki, Profa. Dra. Cristiane Damas
12 Gil, Prof. Dr. David feres, Profa. Dra. Debora Cristina Hipolide, Profa. Dra. Deborah
13 Suchecky, Prof. Dr.. Edson Khodor Cury, Prof. Dr. Eduardo Alexandrino Servolo de
14 Medeiros, Profa. Dra. Emilia Inoue Sato, Prof. Dr. Fabio Veiga de Castro Sparapani,
15 Profa. Dra. Fabiola Isabel Suano de Souza, Profa. Dra. Flavia Ribeiro Machado, Prof.
16 Dr. Gilles Landman, Profa. Dra. Isabel Cristina Affonso Scaletsky, Profa. Dra. Isabel
17 Cristina Cespedes, Prof. Dr. Ivan Maynard Tavares, Prof. Dr. Jamil Natour, Profa. Dra.
18 Jane Tomimori, Profa. Dra. Jaqueline Sonoe Ota Arakaki, Prof. Dr. Joao Alessio Juliano
19 Perfeito, Prof. Dr. Jose Carlos Costa Baptista da Silva, Sr. Juan Pablo dos Santos Rossi,
20 Sr. Julio Cezar Barbosa, Profa. Dra. Karin do Amaral Riske, Prof. Dr. Magnus Regios
21 Dias da Silva, Prof. Dr. Marcus Vinicius Malheiros Luzo, Sra. Maria Aparecida Rosa de
22 Oliveira, Profa. Dra. Maria Cecilia Martinelli, Sra. Maria Cidelma Costa da Silva, Profa.
23 Dra. Maria Lucia Formigoni, Profa. Dra. Maria Teresa Riggio de Lima Landman, Profa.
24 Dra. Marimelia Aparecida Porcionatto, Profa. Dra. Marina Leite Puglisi, Dra. Maris
25 Salete Demuner, Prof. Dr. Miguel Sabino Neto, Profa. Dra. Mila Torii Correa Leite,
26 Profa. Dra. Miriam Galvonas Jasiulionis, Dr. Nacime Salomao Mansur, Prof. Dr. Paulo
27 Bandiera Paiva, Sr. Rafael Beserra da Silva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo,
28 Prof. Dr. Ramiro Colleoni Neto, Prof. Dr. Reinaldo Salomao, Prof. Dr. Ricardo Silva
29 Centeno, Prof. Dr. Rodrigo Ragazzini, Profa. Dra. Rosana Fiorini Puccini, Profa. Dra.
30 Roseli Giudici, Profa. Dra. Ruth Guinsburg, Sr(a). Sergio Baxter Andreoli, Profa. Dra.
31 Silvana Bommarito Monteiro, Profa. Dra. Soraia Tahan, Profa. Dra. Soraya Soubhi
32 Smali, Sr. Tales Marins Maciel Batista, Profa. Dra. Vanessa Costhek Abilio, Profa. Dra.
33 Zila Van Der Meer Sanchez Dutenhefner, Profa. Dra. Zsuzsanna Ilona Katalin de Jarmy
34 Di Bella. Justificaram ausência: Prof. Dr. Fabio Cardoso Cruz, Profa. Dra. Karina Possa



35 Abrahao Tendo os senhores conselheiros, assinado a folha de frequência e sendo
36 constatado quorum com 61 presentes. os trabalhos foram abertos pelo Prof. Dr.
37 Magnus Regios Dias da Silva, Presidente da Congregação e Diretor da Escola Paulista
38 de Medicina com a seguinte pauta: **1-Criação de comissão para organizar a**
39 **discussão sobre governança, gestão e sustentabilidade do Hospital Dia**
40 **(HU-2/Unifesp); 2-Discutir a proposta do novo hospital universitário em Santo**
41 **Amaro pelo PAC (HU-3/Unifesp).** Inicialmente, agradeceu às comunidades do
42 Campus São Paulo (CSP), EPM, EPE e do HSP-HU pelas doações para a população do
43 Rio Grande do Sul, assolada pelas enchentes, ressaltando que o volume de doações foi
44 muito expressivo, permitindo lotar dois caminhões. A partir de então, as doações
45 permaneceriam com direcionamento para água potável e material de limpeza.
46 Retomando a pauta, o Prof. Magnus esclareceu que o item 2 da pauta surgiu a partir
47 da reunião da quinta-feira passada (16/05), quando se discutiu conjuntamente o novo
48 hospital em Santo Amaro pelo PAC. Esclareceu também que a discussão se iniciaria
49 naquele dia (21/05) mas que não se esgotaria, muito pelo contrário, continuaria em
50 outras reuniões a serem definidas por este colegiado, alinhando uma metodologia de
51 discussão que seria colocada na Ordem do Dia da próxima reunião ordinária (04/06)
52 para votação. Assim sendo, apresentou o seguinte histórico aos conselheiros: Em
53 meados dos meses de setembro e outubro do ano passado, foi criado um Grupo de
54 Trabalho (GT) essencialmente técnico para avaliar a possibilidade de se ter um
55 hospital em Santo Amaro, no terreno onde estava localizado o Campus de Extensão da
56 EPM/Unifesp. À época, havia uma contrapartida em discussão com a comunidade e
57 parlamentares daquela região: a construção de uma UBS para que esse terreno fosse
58 cedido pela prefeitura e ocupado pela Unifesp. As atividades de extensão ocorreram de
59 forma muito expressiva, mas, ao longo do tempo, devido à falta de investimentos de
60 capital na universidade, a manutenção predial decaiu, restando poucas atividades com
61 a comunidade daquela região. O GT técnico era composto por quatro membros da
62 EBSEH (Rodrigo Oliveira, Adriano Souza, Alzira Jorge e Ingrid Lopes) e quatro
63 membros da Unifesp (Lia Bittencourt, Magnus R. Dias da Silva, Elena Bohomol e Fábio
64 Venturini). A missão especial desse GT era revisar e resgatar documentos que
65 envolviam o campus de extensão, estudar as pactuações feitas no passado, conversar
66 com a comunidade, parlamentares e a Secretaria de Estado da Saúde sobre a
67 viabilidade e interesse de se ter esse hospital nessa região. Ao participar do GT,
68 observou-se o esforço da articulação com a prefeitura de São Paulo com a realização



69 de inúmeras reuniões. Quando o projeto da EBSERH para ocupação desse hospital em
70 Santo Amaro foi apresentado ao prefeito Ricardo Nunes e aos secretários, foi bem
71 recebido. Também se questionou a contrapartida da UBS e, pela ambição do projeto,
72 foi colocado pelo arquiteto Diego Costa a possibilidade de ocupar ou ter mais um
73 terreno ao lado do metrô Largo Treze. A proposta envolvia menos verticalização e mais
74 aproveitamento de área, considerando que o terreno é bastante acidentado na parte
75 atrás, com um talude, e um terço é comprometido pela passagem do túnel do metrô.
76 Com o incremento desta nova proposta, ainda ocorreram muitas reuniões para avaliar
77 a viabilidade do projeto arquitetônico e o interesse da prefeitura. As sinalizações
78 foram sempre positivas, desde que a Unifesp se comprometesse a construir um parque
79 ou uma quadra de algum esporte específico, deslocado para uma área mais alta, hoje
80 utilizada para estacionamento. Novamente isso voltou para a prefeitura, e, após uma
81 série de reuniões, foi decidido ceder esse terreno (quadras) com essa contrapartida.
82 Nesse GT, a Unifesp afirmou que não teria condições de realizar a construção dessas
83 quadras a não ser pela EBSERH. A EBSERH, com seu departamento jurídico, avaliou a
84 viabilidade de uma empresa hospitalar construir uma quadra de esportes, acomodando
85 assim a contrapartida. Com a conclusão da viabilidade e do interesse da prefeitura em
86 ceder o terreno, foi criado um outro GT pela reitoria, designado pela portaria nº 291,
87 de 02 de fevereiro de 2024, que no artigo 1º resolve elaborar metodologia de
88 apresentação e debate sobre o estudo elaborado pelo primeiro GT. O Prof. Magnus
89 chamou a atenção para o fato de que o segundo GT tinha uma missão específica, mas
90 as inúmeras dúvidas e desalinhamentos de expectativas entre os participantes
91 expandiram o foco para outras discussões urgentes sobre o novo hospital e a relação
92 com o HU2, gerando uma comunicação tortuosa tanto na Congregação quanto na
93 reitoria. Isso se evidenciou após a realização de duas reuniões promovidas pelo
94 campus São Paulo, nos dias 09 e 16 de maio, deixando claro que a missão do GT2 não
95 foi cumprida. O Prof. Magnus reiterou que, naquele momento, havia todo o tempo
96 necessário para discutir a gestão e sustentabilidade do HU2, mas que, diante do novo
97 hospital (HU3), discutido nas reuniões dos dias 09 e 16 de maio, foi colocado que havia
98 um prazo para manifestar interesse ou não pelo hospital em Santo Amaro pelo PAC3.
99 Esse projeto contemplaria muito as necessidades da EPM de ter um hospital geral,
100 sabendo que o HU/HSP é o hospital universitário número 1, a célula mater de
101 formação da EPM, dedicado às atividades de alta complexidade, com cenários
102 prioritários para as especialidades. O Prof. Magnus acrescentou que os projetos



103 pedagógicos dos seis cursos da EPM caberiam indiscutivelmente nesses cenários,
104 podendo ser ampliados no hospital em Santo Amaro, uma vez que 60 a 70% das
105 unidades curriculares (UCs) da EPM poderiam se beneficiar de cenários no hospital
106 geral, especialmente pela possibilidade de que este novo hospital, lidando com as
107 questões do território de Santo Amaro ou da Regional Sul, pudesse haver uma maior
108 integração com outros equipamentos de saúde igualmente importantes na formação
109 dos estudantes, citando especialmente as UBSSs, as AMEs e as UPAs do entorno. O
110 estudante poderia se beneficiar com a experiência de um modelo SUS em rede
111 totalmente funcional, onde haveria todos os níveis de atenção interligados, facilitando
112 o acolhimento dos estudantes nas unidades básicas de saúde, sendo essa a maior
113 ambição do ponto de vista acadêmico-assistencial que entende poder defender e
114 compartilhar com os conselheiros. O Prof. Magnus também lembrou que foi
115 mencionado o interesse por serviços de alta complexidade em Ortopedia,
116 Neurocirurgia e UTI Neonatal, apontado pela Secretaria Municipal de Saúde de São
117 Paulo (SMSP). Ou seja, esse projeto de serviços não seria exclusivamente definido pela
118 Unifesp, mas sim dialogado com a comunidade daquela região e a necessidade
119 sanitária da região sul. Tanto a EPM quanto a EBSERH e o GT estavam entendendo
120 que seria um hospital geral com cerca de 250 leitos. Foi isso que foi feito um projeto
121 de viabilidade. Nessa ideia inicial, que deveria ter sido aprofundada pela metodologia
122 definida por essa portaria de fevereiro, mas que desandou, é necessário discutir
123 inclusive o perfil e a abrangência de serviços que se gostaria de ter. É preciso que as
124 áreas da medicina sejam bem estruturadas naquele lugar, como clínica geral, clínica
125 médica, pediatria, neonatologia e psiquiatria. O Prof. Magnus fez um breve relato do
126 que foi percebido nesses sete meses e que agora é necessário pactuar e olhar para
127 frente, usar deste momento para se unir e poder ambicionar um projeto mais arrojado
128 para a escola. É sabido que há visões distintas, políticas distintas e interesses
129 acadêmicos distintos, mas agora é preciso prevalecer um consenso melhor possível
130 desse projeto de escola que se deseja daqui para frente, lembrando da necessidade de
131 se fazer essa discussão e esse amadurecimento dentro de uma visão mais abrangente.
132 É importante respeitar as necessidades e especificidades das outras áreas em que se
133 atua, reforçando os outros cursos de graduação que a EPM possui (biomedicina e as
134 tecnologias) integrando-os nesse projeto, porque não será apenas da medicina, mas
135 um conjunto de projetos pedagógicos que se beneficiariam desses novos cenários que
136 serão criados. O Prof. Magnus informou que estava acordado que para a reunião de



137 hoje se iniciaria a discussão sobre o HU2, mas foi incluído na pauta o item de número
138 2, pedindo a compreensão de todos porque, uma vez tendo ocorrido as duas reuniões
139 de 6 e 16 de maio sobre esse hospital novo em Santo Amaro, foi necessário antecipar a
140 discussão devido ao prazo para resposta ao PAC e, sobre o HU2, pelo menos sair com
141 uma estratégia de discussão. Sabendo que o HU2 é mais complexo, envolve um
142 detalhamento maior, um cuidado e uma apreciação de dados para que não se faça uma
143 discussão superficial, sem um material previamente distribuído. Nesse sentido,
144 encerrou seu histórico e abriu inscrições de fala aos conselheiros solicitando que se
145 pronunciem em relação ao projeto do novo hospital pelo PAC em Santo Amaro. O Prof.
146 João Alessio, nesse primeiro momento, considerou que deveria estar sendo discutido
147 sobre o modelo a ser trabalhado naquela pauta, portanto seria uma questão de ordem,
148 solicitando discutir o HU2 primeiro. Argumentou que o HU2 é o hospital que já se tem
149 e decisões urgentes precisam ser tomadas sobre o rumo da discussão. O HU3 terá que
150 percorrer um caminho ainda muito longo de decisões, mas considera a discussão do
151 HU2 mais urgente e fundamental. Reiterou que essa discussão já havia sido feita em
152 quatro reuniões anteriores e não gostaria que o assunto fosse prorrogado novamente.
153 Considerou que se a discussão do H3 fosse iniciada primeiro, diluiria a congregação e,
154 ao atingir o término do horário, não restaria tempo para a discussão do HU2. A não
155 discussão do HU2 naquele dia lhe causava muito incômodo, e solicitou que fosse
156 votado se discutiria primeiro o HU2 ou o HU3, uma vez que foi decidido anteriormente
157 neste colegiado. O Prof. Magnus considerou por bem ouvir outras manifestações a
158 respeito da inversão da pauta, visto que, na quinta-feira passada, percebeu a
159 necessidade de inversão da pauta, conforme já informado, pois havia a necessidade de
160 sinalizar ao governo federal se se queria ou não o novo hospital em Santo Amaro. A
161 proposta da diretoria era que essa discussão fosse qualificada de outra forma,
162 mencionando a necessidade de mais elementos para fazer uma discussão mais
163 aprofundada. A Profa. Isabel Céspedes informou que possuía uma dúvida na forma
164 como as coisas seriam conduzidas nas instâncias decisórias em momentos diferentes e
165 gostaria de saber qual era o papel da Escola Paulista de Medicina nas decisões que
166 cabem a esses dois hospitais. O Prof. José Carlos Baptista considerou que, na semana
167 passada, quando o representante da EBSERH esteve participando do 1º Encontro
168 como campus e demais escolas, informou que a decisão era da reitora, em nenhum
169 momento incluiu a EPM, e outra questão que será preciso entender melhor é o quadro
170 de RH que trabalhará naquele hospital, envolvendo TAEs, docentes e CLTs. O Prof.



171 Magnus esclareceu que entendia ser uma questão de interpretação, porque do ponto
172 de vista formal, a figura da reitora segue a instância superior que é o Consu. A Profa.
173 Ana Goulart argumentou que este colegiado estava com a expectativa de discutir o
174 HU2 há meses, decidido em última congregação. Considera a outra pauta também
175 importante, mas não estava na agenda, e no encontro ocorrido na semana passada,
176 nem todos puderam participar. Entende que deve ter sido muito interessante essa
177 discussão, mas ela deve ser trazida para a congregação no momento apropriado.
178 Considera que esse hospital em Santo Amaro não é uma urgência para a EPM e há
179 outros hospitais afiliados que têm suprido as necessidades da graduação nos diversos
180 cenários. Complementou ainda que há uma outra pauta que necessita ser discutida,
181 considerada extremamente urgente, referente à realização dos concursos de TAE
182 médicos. O Prof. Gilles ratificou a fala do Prof. João Alessio considerando que deveria
183 ser discutida prioritariamente a pauta referente ao HU2. A Profa. Rosana argumentou
184 que, desde a posse do Prof. Magnus, manifestou a necessidade da congregação
185 discutir o HU2 e o Acordo de Cooperação que vence no início de 2025. Considera esta
186 uma discussão muito complexa por envolver a relação do HU2, financiamento,
187 sustentabilidade e então surgiu a demanda do HU3. Informou que participou do
188 encontro no dia 09 de maio e realmente foi colocado que há uma urgência na
189 sinalização em relação ao HU3, que implica numa mudança de rumo de decisão não
190 somente desta congregação, mas dos demais órgãos colegiados, inclusive o Conselho
191 Universitário (Consu), envolvendo o plano diretor de infraestrutura, que à época havia
192 dado um outro destino ao terreno de Santo Amaro, diferente do que está sendo
193 proposto no momento. Conseqüentemente, entende que precisa haver a formalização
194 desta mudança e esta congregação precisa estar envolvida nesta decisão. Por outro
195 lado, face à expectativa expressa pelos conselheiros no sentido de desejar discutir o
196 HU2 naquele dia, sugeriu que seja agendada a data para a discussão do hospital em
197 Santo Amaro, podendo inclusive ser realizada com a participação conjunta do campus,
198 EPM e EPE. O Prof. Reinaldo Salomão manifestou discordância com a Profa. Rosana
199 no sentido de que não é que a congregação não tem interesse em discutir o HU3, pelo
200 contrário, a congregação tem o maior interesse em discutir. A contextualização inicial
201 realizada pelo Prof. Magnus foi muito importante para situar este colegiado em
202 relação ao hospital em Santo Amaro, e diante dessa perspectiva, colocar este assunto
203 para discussão numa reunião extraordinária ou até mesmo ordinária. Mas, o que não
204 pode ocorrer na reunião daquele dia é fugir da discussão de pauta em relação ao HU2,



205 porque diante de outras iniciativas, ele tem um grande potencial interno de criar uma
206 divisão ou de somar. Nesse sentido, considera imprescindível que a reunião daquele
207 dia foque naquilo que foi pautado. Sugeriu como encaminhamento que para as
208 próximas reuniões fosse mantido um histórico como o apresentado pelo Prof. Magnus,
209 para embasar as discussões e falas em relação ao posicionamento do HU2. A Profa.
210 Soraya considerou que o que estava sendo trazido para aquele colegiado era que se
211 tivesse um espaço de discussão para ambos os assuntos. Não há uma negativa de
212 discussão do HU2, que entende que pode iniciar naquele dia, mas certamente não se
213 esgotará, inclusive para ambos os assuntos. A discussão precisa ser iniciada e será
214 importante a criação de um calendário de discussão separado, porque os tempos de
215 cada decisão são diferentes. Foi colocado que há necessidade de uma decisão sobre
216 querer ou não o hospital em Santo Amaro, mas o campus São Paulo, por meio das
217 escolas EPM e EPE, terá uma participação fundamental. Salientou, porém, que não é
218 definitiva a decisão do campus São Paulo, porque o HU2 e o HU3 são unidades da
219 Unifesp e investimentos públicos federais. Propõe que haja a discussão de ambas
220 situações em separado, e certamente a discussão e decisão da EPM e EPE são
221 importantes e terão um peso grande no momento da decisão final no Conselho
222 Universitário. Acrescentou que a fala da vice-reitora estava equivocada, no momento
223 em que ela disse que a decisão era somente do Consu, pois ambas escolas são de suma
224 importância para o que virá em relação ao projeto acadêmico de ensino e pesquisa,
225 mas é preciso que fique claro que não é condição absoluta. Concluiu propondo que a
226 pauta apresentada pelo Prof. Magnus seja seguida e que se estabeleça um calendário
227 de reuniões, envolvendo inclusive toda a comunidade do campus São Paulo, para que
228 ela saiba o que está acontecendo. Sugere ainda uma apresentação sobre o HU2,
229 incluindo os documentos que ficou de encaminhar aos conselheiros, pois entende que
230 não se trata simplesmente de enviar documentos, mas de uma explicação para uma
231 compreensão do que se está recebendo. Tratam-se de documentos complexos que
232 possuem um histórico. O Prof. Eduardo Medeiros considerou que a condução desse
233 processo estava equivocada. Observa-se que todas as vezes que os assuntos são
234 mencionados (HU2 e HU3) eles são encaminhados juntos e isto já gera uma confusão.
235 Esses assuntos precisam sempre ser encaminhados em separado. Considera que ficou
236 muito claro que é preciso sinalizar naquele momento se a instituição tem interesse ou
237 não no hospital universitário em Santo Amaro, financiado pelo governo federal e
238 depois, por meio de um calendário, seu perfil será discutido. Encerradas as falas



239 inscritas, o Prof. Magnus passou à realização do encaminhamento para votação. Assim
240 sendo, propôs manter o processo e iniciar a discussão do HU3, com vistas a esse ponto
241 entrar numa reunião no mês de junho, podendo ser ordinária ou não, para se votar
242 pela concordância ou não desse projeto, sabendo que ele também não se esgota, é uma
243 sinalização para que ele avance. Colocou também para votação a proposta do Prof.
244 João Alessio, no sentido de discutir o HU2 apenas, sem a criação de uma comissão. A
245 Profa. Maria José solicitou a palavra e propôs que a pauta fosse votada na íntegra,
246 como ela foi encaminhada: item 1 e item 2. A Profa. Rosana, com intuito de contribuir
247 para o encaminhamento, considerou que a sugestão de sinalização positiva ou negativa
248 para a reunião ordinária de junho era válida. Considerou que houve duas reuniões
249 abertas para esclarecimentos, mas para a reunião de junho deveria ser trazida uma
250 síntese técnica, para que os conselheiros pudessem ter elementos para se posicionar, e
251 nesse momento sugeriu iniciar a discussão do HU2. Salientou que entendeu
252 perfeitamente a proposta do Prof. Magnus no sentido de criar uma comissão, porque
253 na reunião passada não houve acordo com a relação de eventos planejados até o final
254 de junho. Considerou que a congregação deveria definir o que precisava conhecer,
255 quais apresentações e informações eram necessárias para a decisão. Então, a ideia da
256 comissão era ajudar a formular quais eram as apresentações e informações
257 necessárias. Mas, nada impede então de se iniciar a discussão do HU2 naquele dia. O
258 Prof. Ângelo solicitou a palavra e expôs o quanto este assunto é complexo e o quanto
259 nitidamente há a necessidade de se ter mais instrumentação tanto para o HU2 quanto
260 para o HU3. Propôs que naquele dia fossem discutidas as formas de instrumentação
261 que seriam utilizadas, para que essa discussão fosse a melhor possível. O Prof. Magnus
262 colocou em regime de votação a discussão a ser iniciada naquele dia sobre o HU2, a
263 metodologia e as formas de instrumentação, com a proposta de se manter a pauta 1
264 (extinguindo o termo criação de uma comissão) e 2, deixando a discussão deliberativa
265 para uma síntese na reunião ordinária do mês de junho sobre o HU3. Após a votação, a
266 mesma foi aprovada por unanimidade. Solicitando a palavra, a Profa. Ana Lucia
267 argumentou ser grande defensora da melhoria de cenários, mas para ocorrer uma
268 reunião deliberativa sobre o HU3 é necessário obter informações suficientes para uma
269 tomada de decisão. Inclusive solicitou o encaminhamento por e-mail desses
270 detalhamentos e fundamentações. Quanto à possibilidade de se ter uma UTI Neonatal,
271 é preciso se discutir muito a respeito e entender esta questão. O Prof. Magnus
272 manifestou que compreende a preocupação da Profa. Ana, mas como mencionado



273 anteriormente, a decisão será num segundo momento. Quanto à prefeitura e à
274 Secretaria de Saúde da Prefeitura vislumbrarem a necessidade dos serviços de
275 neurocirurgia e ortopedia, foi um apontamento da Prefeitura de São Paulo, mas
276 entende que isso precisa ser detalhado e aprofundado. Não significa que a EPM terá
277 que aceitar esta demanda. Dando início às discussões sobre o HU2, o Prof. Magnus
278 sugeriu que fosse discutida a metodologia a ser usada e a instrumentação de
279 apreciação desses documentos daqui para frente, com a criação de uma agenda e
280 participação da comunidade, e depois foram abertas novas inscrições para este
281 encaminhamento. O Prof. João Alessio propôs que o Prof. Ângelo, na qualidade de
282 Diretor do HU2, exponha uma fala inicial sobre o funcionamento do HU2 e ideias com
283 o objetivo de enriquecer a discussão. A Profa. Isabel Céspedes destacou que a Profa.
284 Soraya esclareceu anteriormente sobre o papel da congregação nesta discussão, e
285 indagou quem indica a direção do HU2? Qual a função da Escola Paulista de Medicina
286 e da Escola Paulista de Enfermagem nessas indicações? Segunda questão: como está a
287 manutenção do HU2? Quem financia o HU2? Considera de grande importância
288 entender corretamente o que está acontecendo lá. O Técnico Administrativo em
289 Educação (TAE) André Higa ratificou a fala do Prof. João Alessio no sentido de ouvir o
290 Prof. Ângelo, no que diz respeito à administração do HU2, e que nessas discussões
291 este colegiado reflita a todo momento no que é melhor para a instituição como um
292 todo. A Profa. Ana Goulart sugeriu que fossem ouvidos também outros gestores e a
293 comissão do curso médico para entender não só o aspecto da gestão, mas também
294 como se dará o processo de comunicação entre o HU-HSP e o HU2, envolvendo a
295 assistência e o ensino. Quantos ambulatórios poderão funcionar lá? É sabido que há
296 problemas graves de cenários assistenciais devido à falta de planejamento e esse
297 hospital era uma grande expectativa para todos. Gostaria de saber o que será acolhido
298 naquele local. A Profa. Rute pediu a palavra para dizer que o Prof. Ângelo já trouxe,
299 em umas três congregações, uma fala inicial. Considera que deve-se posicionar
300 fortemente que se tem um equipamento único, não são dois hospitais. Considera
301 absurdo ter dois hospitais com gestões diferentes no mesmo lugar, servindo às
302 mesmas pessoas. Não é possível ter dois esquemas paralelos. É preciso ouvir todos os
303 envolvidos para se ter um equipamento com dois edifícios, não dois equipamentos que
304 não conversam entre si. A Profa. Rosana concordou com a fala da Profa. Rute. É
305 preciso que se tenha clareza sobre os orçamentos, da composição do orçamento de um
306 e de outro, sobre como isso está sendo sustentado, e em relação ao quadro de pessoal.



307 Tem dúvidas sobre o quadro de pessoal. O quadro que se tem reflete o que era um
308 hospital há 30 anos. Não se está tendo adequações em relação ao que é necessário
309 hoje, nas áreas de fisioterapeutas, entre outros. O quadro de servidores não é
310 suficiente. Então, qual seria a estimativa do quadro de pessoal necessário? O Prof.
311 Reinaldo considerou que o paciente é da instituição, seja ele atendido no HSP-HU ou
312 no HU2. Não consegue entender dois serviços ou duas gestões paralelas. Existem
313 questões pragmáticas que precisam ser resolvidas. É necessário conhecer a realidade
314 que o Prof. Ângelo está enfrentando na gestão do H2. Desenvolver uma proposta que
315 agregue todas as potencialidades dos dois edifícios, e principalmente que evite
316 competição e enfraquecimento das duas instituições. É preciso sim ouvir a área
317 acadêmica, os gestores do HSP-HU. A Profa. Soraya considerou que no que diz
318 respeito à EPM e EPE, é preciso levar em conta o importante histórico que se tem que
319 observar e compartilhar. Levando em conta as construções realizadas e tudo o que foi
320 objeto de deliberação de tema do HU2. O HU2 é uma importante oportunidade para
321 criar cenários de ensino e pesquisa, além da assistência 100% SUS. Tem-se que
322 observar esse equipamento que foi construído com recursos federais, o controle social
323 também é preciso considerar que o Acordo de Cooperação, os pressupostos desse
324 acordo com a SPDM, a gestão compartilhada, e as finalidades de cada unidade HSP-
325 HU e HU2. Trata-se, portanto, de uma grande oportunidade que não pode ser
326 desprezada. Para que esse processo seja bem construído, é importante que sejam
327 respeitadas as premissas inerentes ao processo de universidade, defendidas com
328 transparência e participação, que no presente momento não está sendo visto. Que se
329 tenha a amplitude dessa discussão e para isso propõe, lendo o texto a seguir: 1. Que a
330 discussão do HU2 seja realizada no âmbito do campus São Paulo em consonância com
331 os projetos pedagógicos de suas escolas, e que esses processos ocorram com ampla
332 participação da comunidade; 2. Que essa discussão seja compartilhada com demais
333 unidades universitárias da instituição, que também contribuíram para a construção
334 desta unidade HU2, por se tratarem de recursos federais. Que todos os processos
335 sejam levados de maneira transparente e participativa, com resoluções a partir das
336 resoluções das congregações e conselhos de campi, e também com a decisão final do
337 Consu, levando em consideração o PDI e o PDInfra, e que sejam realizadas ampla
338 discussão, se possível a realização de audiências públicas no campus São Paulo,
339 principalmente. Que se faça valer o Estatuto da Unifesp. Decisões como essa devem
340 ser tomadas após a escuta de audiências públicas (Artº 10). O Prof. Eduardo



341 considerou que o que está em discussão é se se quer o HU2 administrado pela
342 EBSEH ou não. O restante pode ser discutido amplamente, como sempre foi feito. Os
343 alunos são os mesmos, os residentes, docentes, TAES são os mesmos, e principalmente
344 os pacientes são os mesmos. Eles circulam entre essas instituições. Querer colocar
345 uma administração totalmente separada da cultura, experiência e do grupo de
346 trabalho, entende que será um prejuízo enorme para o Hospital Universitário como
347 também para o HU2, para o ensino e pesquisa. Um precisa do outro e eles são
348 complementares. É necessário uma administração única e ampliar essa discussão.
349 Como proposta, considera importante ouvir o Prof. Ângelo numa pauta específica. O
350 Prof. Magnus argumentou que estava esperando que pudesse ser proposta uma
351 metodologia. Foram feitas reflexões importantes, mas considera naquele momento
352 ouvir a fala do Prof. Ângelo e posteriormente voltar a falar sobre como se dará a
353 instrumentação e organização desse debate daqui para frente. O TAE Rafael pediu a
354 palavra citando o diretor da Unidade Gestora, não somente do HU2, mas do Complexo
355 Hospitalar do Hospital Universitário. Passada a palavra ao Prof. Ângelo, este
356 argumentou que se sentia totalmente contemplado com as informações e reflexões que
357 foram realizadas naquela congregação e uma vez que esta reunião foi gravada, se
358 propôs ouvir essas falas e elaborar da melhor forma uma instrumentação e trazer
359 numa reunião mais próxima possível. Ponderou ainda que, no ciclo metodológico,
360 esgotaria as perguntas feitas por essa congregação da forma mais detalhada e
361 documentada possível. Considerou ainda que o HU2 é um presente com grandes
362 potencialidades e que não era possível não se conseguir dar uma solução adequada
363 para este assunto. O Prof. Magnus considerou que então, como uma tarefa a ser
364 realizada pelo Prof. Ângelo, seria trazer um inventário de gestão atual, colocando os
365 pontos que foram elencados, como o quadro de pessoal, financiamento, dentre outros.
366 Passando para o segundo bloco de discussão, foi franqueada a palavra à Profa. Ana
367 Goulart, que mencionou preocupação em relação à metodologia, e por isso, solicita
368 que sejam realizadas quantas vezes for necessário, reuniões sobre o HU2 para debater
369 e conhecer as nuances, culminando com a satisfação de esclarecimentos,
370 possibilitando enfim uma ampliação desse debate. Considera que este debate é
371 urgente, inclusive porque já existe um GT discutindo esse assunto, com a participação
372 do Prof. Ivan Maynard. O Prof. João Alessio argumentou que não sente necessidade de
373 uma comissão menor, acredita que para o debate a congregação na sua composição de
374 representações de classes dá conta desta tarefa. Pontuou ainda que considera um



375 grande problema ter dentro do mesmo campus, da mesma área, situações diferentes
376 de gerenciamento. Já existe um enorme problema com dois gerenciando (Hospital São
377 Paulo - SPDM (CLT) e Regime Jurídico Único), que sem dúvida gera problemas dentro
378 da estrutura. No meio deste caminho, será colocada uma terceira, dentro de outro
379 sistema, e portanto considera um risco muito alto de dar errado. Esta congregação
380 precisa pensar o que se quer para a Escola Paulista de Medicina, não abrindo mão da
381 sua identidade. A história dos 90 anos desta escola será mudada? É preciso definir
382 isso. Mas, para tomar uma decisão tão séria como esta, é preciso de informações,
383 principalmente financeiras, e envio de documentações. O Prof. Ivan, enquanto chefe
384 do Departamento de Oftalmologia, ratificou a fala dos Profs. Rute, Reinaldo e Eduardo,
385 manifestando a extrema preocupação que já externou para a reitora da Unifesp, no
386 comitê que é para definir a metodologia, em ter dois aparelhos com gestores
387 diferentes. Há cerca de um ano seu departamento realizou a mudança para o terceiro
388 andar do HU2. Praticamente 95% do ambulatório de oftalmologia está no HU2 e todo o
389 movimento cirúrgico é do HSP-HU. Indagou como será possível e como se desenha
390 esse funcionamento. Essa forma de gerenciamento é altamente questionada pelos
391 gestores da oftalmologia e se observa que os atores desse assunto não conseguem
392 explicar esta situação, causando obviamente muita angústia, preocupação e ansiedade
393 no grupo. Salientou que a preocupação envolve ensino e pesquisa. Questionou como
394 ficará a pesquisa do departamento de oftalmologia, sendo que elas ocorrem muito em
395 clínica-cirúrgica. Quanto à metodologia, ela precisa prezar pela transparência de todos
396 os lados e respeito: por raça, sexo, etnia, religião etc. A Profa. Soraya argumentou que
397 realizou a leitura anterior, justamente pela dificuldade de conceituar essa
398 metodologia, mas a premissa básica é que se tenha a possibilidade de discutir quantas
399 congregações forem necessárias e que se tenha a discussão das outras unidades
400 universitárias, em especial a EPE e o Conselho de Campus, para que se possa esgotar
401 esse assunto, além de pelo menos uma audiência pública para apresentar as
402 informações de maneira transparente. É preciso ouvir as diferentes colocações para se
403 poder formular. Nesse sentido, considera importante que se tenha a seguinte
404 sequência: apresentação pelo Prof. Ângelo sobre o estado atual do HU2, uma
405 apresentação do histórico, os documentos que fundamentam esta unidade;
406 possibilidades de gestão e de financiamento, possibilidades de contratualização,
407 dizendo que o antigo procurador, Dr. Reginaldo Fracasso, apresentou à época pelo
408 menos cinco ou seis possibilidades de atuação de gestão e financiamento dessa



409 unidade. Os desenhos de funcionamento, inclusive com a possibilidade de micro-
410 regulação, feita no passado, mas que precisa voltar à tona, para que se possa tomar
411 por essa congregação a melhor decisão possível. A Profa. Jaquelina fez questão de
412 assumir compromisso público com o Prof. Ângelo, no sentido de propiciar uma
413 aproximação maior com a diretoria do HSP-HU, porque hoje a direção do HU2 ainda é
414 híbrida. As responsabilidades de cada diretoria não são claras. É preciso definir
415 melhor o papel de cada um nessa fase de transição. Se há alguma dificuldade, as
416 disciplinas procuram o HSP-HU, ou seja, ainda a gestão do funcionamento clínico do
417 HU2 é do HSP-HU. Complementou ainda informando que no HU2 a maioria das
418 disciplinas cirúrgicas pela Secretaria da Saúde possuem os seus procedimentos
419 valorizados. A consulta de uma alta complexidade é no valor de R\$ 10,00. Portanto, se
420 o Hospital Universitário perder o que já está lá dentro, não será possível manter a
421 sustentabilidade do hospital. Nesse sentido, deixou claro que se a EBSERH assumisse,
422 então assumisse tudo. Deixou claro que é importante que todos saibam disso e está à
423 disposição para esclarecer ou informar a quem desejar, como é o dia a dia do HSP-HU
424 e suas necessidades. Será realizado um calendário para dialogar com as disciplinas e
425 departamentos. A Profa. Flavia propôs que a discussão fosse trazida para a
426 congregação quantas vezes fosse necessário. Sugeriu que como o Prof. Ângelo já
427 realizou uma apresentação anterior, talvez esse link pudesse ser disponibilizado aos
428 conselheiros, uma vez que foi gravado e que numa próxima reunião extraordinária o
429 Prof. Ângelo fizesse sua apresentação com novos dados a partir dos questionamentos
430 feitos naquela reunião. Ratificou também a importância de ouvir os gestores do HSP-
431 HU, dando fala ao Dr. Nacime e esclarecer de fato como se dá a interface HU2 com o
432 HSP-HU. A Profa. Emilia sugeriu que fossem utilizadas as terceiras terças-feiras do
433 mês para as reuniões extraordinárias, e uma apresentação clara e transparente de
434 como vem ocorrendo a gestão atual do HU2, tanto do ponto de vista financeiro quanto
435 de pessoal. A preocupação de a gestão estar a cargo da EBSERH certamente faz a
436 academia perder o poder de influenciar e decidir no que diz respeito às diretrizes
437 acadêmicas. O Prof. Reinaldo salientou que pelos depoimentos anteriores, está bem
438 claro que está difícil a comunicação e o diálogo entre as unidades internas, mas
439 acredita que isto será possível ainda. Como encaminhamento, também está claro que
440 há a necessidade de mais instrumentos. Diante desta situação, sugere que o fórum de
441 discussão fosse a própria congregação. Lembrou que a reitoria realizou vários fóruns
442 de discussão sobre o Acordo de Cooperação SPDM e Unifesp, e propõe que se siga um



443 caminho semelhante, pautando apresentações que propiciem embasamento sobre
444 temas como: Acordo de Cooperação, Sustentabilidade do HSP-HU, ouvindo o Dr.
445 Nacime e a Dra. Jaquelina, o Prof. Ângelo, com o objetivo de proporcionar
446 instrumentalização para uma discussão produtiva e de qualidade. O TAE Rafael
447 argumentou sobre a importância de se pautar no Acordo de Cooperação, onde consta a
448 definição do papel de cada unidade, e entender melhor como se dá o fluxo de consultas
449 dentro do hospital e a conexão entre o HSP-HU e o HU2. A Profa. Maria José propôs a
450 realização de GTs específicos, que trouxessem pontos relevantes do Acordo de
451 Cooperação e como está sendo aplicado na gestão do HSP-HU, assim como uma
452 avaliação de como estão funcionando os grandes hospitais federais geridos pela
453 EBSEH. A Profa. Formigoni considerou de suma importância primeiro definir quais
454 são os objetivos: como se quer que funcione esses hospitais e como se deseja que seja
455 essa relação entre HSP-HU, HU2 e HU3. Isto claro, e após detecção de problemas
456 nesse funcionamento, aí sim é o momento de ver qual dos modelos apresentados (seja
457 Acordo de Cooperação, seja EBSEH), vai melhor atender as necessidades. Acredita
458 que este momento é um momento de união, inclusive com a reitoria, para uma
459 proposta única que dê segurança no sentido de se ter uma estabilidade para essas
460 instituições. O Prof. João Alessio sugeriu que se convidassem pessoas inclusive da
461 EBSEH para falar nesta congregação, ao invés de criar GTs, pois isso retardaria o
462 processo de discussão. O Prof. Magnus sintetizou as falas desse segundo bloco,
463 resumindo que a diretoria iria demandar o tema HU2 sem correria, onde seriam
464 trazidos inventários sobre itens já mencionados (sustentabilidade, financiamento,
465 pessoal etc.) e retrospectiva histórica. A Profa. Ana Lucia solicitou esclarecimentos de
466 como está o andamento do GT. Retomando a este esclarecimento, o Prof. Magnus
467 informou que a missão dada ao GT2 era no sentido de elaborar metodologia,
468 apresentação e debate sobre o estudo elaborado pelo GT anterior. Nomeado, no caso,
469 o GT1. Obviamente esse conjunto de reuniões e outras prioridades enveredou para
470 uma missão que não era desse GT. Mas agora é olhar para frente. O Prof. Ivan foi
471 indicado pela diretoria no mês de janeiro, em virtude de sua vivência nos dois
472 equipamentos de saúde, conforme já relatado. O Prof. João Alessio salientou que a
473 verba do REHUF é fundamental para a manutenção das unidades e ressaltou,
474 juntamente com a Profa. Ana Lucia, que se tem a sensação de que a discussão do HU2
475 é mais urgente do que se imagina. O Prof. Magnus agradeceu à Profa. Vanessa pelo
476 direcionamento do encaminhamento e propôs organizar essas discussões daqui para



477 frente no escopo do que foi organizado no passado com uma visão histórica do HU2.
478 Poderia indicar a Profa. Soraya para falar a respeito e apresentando também o parecer
479 do procurador Reginaldo Fracasso sobre formas de contratualização. Num segundo
480 momento de discussões, apresentariam-se os desafios do presente, com a
481 apresentação pelo Prof. Ângelo, por meio de um inventário situacional do HU2,
482 seguida por uma avaliação a ser feita pelo Dr. Nacime sobre a interface HSP-HU e
483 HU2 e, posteriormente, uma discussão mais filosófica e acadêmica de projeto de
484 futuro, convidando representantes da EBSEH, descrevendo experiências de outros
485 hospitais federais geridos pela EBSEH e outras formas de gestão. Também propôs
486 discutir o que a EPM deseja como diretriz acadêmica, sugerindo ser interessante
487 também ouvir o CAISM com uma forma de gestão compartilhada, além de poder se
488 pensar também em convidar instituições como o GRAACC, Hospital do RIM, dentre
489 outros. O diretor Prof. Magnus reiterou que todos esses atores poderiam enriquecer a
490 discussão e fornecer subsídios valiosos para tomada de decisões. O Prof. Magnus
491 resumiu a proposta em três momentos: passado, presente e futuro, trazendo uma visão
492 histórica, uma análise da situação atual e uma reflexão sobre as perspectivas futuras,
493 além de ouvir experiências de outras instituições e colegas. Com essa abordagem,
494 poderia-se ter uma discussão mais abrangente e embasada, preparando-se para tomar
495 decisões informadas e responsáveis. A Profa. Soraya se manifestou favorável à
496 colocação do Prof. Magnus e salientou que não há prazo para a discussão do HU2,
497 somente para o HU3 em virtude do PAC, orçamento que precisa ser indicado ainda
498 este ano para exercício de 2024 (R\$ 157 milhões). Para finalizar, solicitou também a
499 necessidade de a reitoria apresentar o trabalho dos GTs indicado por ela neste
500 colegiado. Aproveitando a oportunidade, a Profa. Rosana solicitou a importância de se
501 discutir em congregação o Acordo de Cooperação SPDM e Unifesp. O Prof. Magnus
502 abordou sobre a organização das próximas reuniões sobre o HU2, concordando com a
503 sugestão da Profa. Emília no sentido de realizar reuniões extraordinárias a cada 15
504 dias, na terceira terça-feira do mês, para que se possa preparar e aprofundar as
505 análises. Assim, pode-se garantir uma discussão de qualidade e evitar sobrecarregar a
506 congregação. Agradeceu a todos por terem contribuído para aquela discussão de alto
507 nível. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Márcia
508 Grijol, Secretária Executiva Diretoria EPM redigi a presente ata, que, após aprovada
509 será publicada no site da Congregação e no Gescon.
510



Prof. Dr. Magnus Regios Dias da Silva
Diretor da Escola Paulista de Medicina
Presidente da Congregação da Escola Paulista de Medicina

Marcia Grijol
Secretária Executiva Diretoria/Congregação da Escola Paulista de Medicina

